



EXPRESSO		AVANTE	
SEMPRE FIXE		PORTUGAL SOCIALISTA	
TEMPO		POVO LIVRE	
O JORNAL		ALAVANCA	
NOVA TERRA		UNIDADE	
VOZ PORTUGALENSE		LUTA POPULAR	
PAIS	3 Agosto	PODER POPULAR	

M. L. Pintasilgo em conferência de Imprensa

Esclarecimentos (poucos) e omissões (muitas)... mas o futuro dirá!

NOVA estrutura governativa implica, em boa teoria, um propósito de renovação com orientação assente em diferentes moldes, o que, também em teoria, não se compadece com um Executivo destinado a governar 100 dias, prazo de que dispõe, como bastas vezes tem declarado, Maria de Lurdes Pintasilgo. Foi isso, no entanto, que fez a primeiro-Ministro, ao formar um elenco ministerial de dezoito elementos em que os engenheiros preenchem cinquenta por cento do conjunto, seguidos por três licenciados, estando os «drs.» — até agora em boa supremacia nos anteriores Governos — em número igual aos dos oficiais das Forças Armadas (três), com mais dois professores que da cátedra fizeram profissão e um diplomata de carreira.

Surpresas, algumas...

Não poucas surpresas houve com o Governo anunciado por Maria de Lurdes Pintasilgo, designadamente pelo facto de ter apenas, além dela, uma mulher (a três outras dirigiu convite que foi recusado, informou, em conferência de Imprensa), pela ausência de nomes considerados indiscutíveis no «Totobola ministerial» a que variados órgãos da Imprensa se dedicam e pelo surgimento de outros inesperados. Assim, por exemplo, se Loureiro dos Santos continua à frente da Defesa Nacional, facto sempre tido como assente (poder civil, sim, mas cuidado com as FA's...) outro tanto não acontece com Gonçalves Ribeiro, o oficial que estava à frente do Ministério da Administração Interna, considerado «homem do Presidente» e que não aceitou permanecer nas suas funções, agora valorizadas, digamos (o que se

compreende, dada a preparação do período eleitoral) com a ascensão do seu substituto a ministro-adjunto do primeiro-Ministro. Igualmente contra as expectativas foi a não inclusão no novo elenco de Almeida Pina, outro oficial «homem do Presidente». O mesmo não se dirá da continuação de Freitas Cruz à frente da pasta dos Negócios Estrangeiros, conhecida como é a preocupação de Ramalho Eanes em assegurar a suprema direcção da nossa política externa, o que valeu ao «bi-ministro» alguns sabores por iniciativas que tomou sem conhecimento do elenco ministerial a que até há pouco pertenceu, inclusive do seu primeiro-Ministro, Mota Pinto.

Cooperativistas, dissidentes, etc.

Surpresas suscitaram também outros nomes, Adérito Sedas Nunes, um dos principais cooperativistas portugueses, era há muito conotado com uma corrente progressista social-católica a que M. L. Pintasilgo esteve durante muito tempo associada e que parece encontrar prolongamento, um tanto forçado, num «terceiro-mundismo» que o «24 de Abril» fez personificar, em Portugal, na figura de Melo Antunes, cujos dotes de teorizador ou intelectual eram desconhecidos antes de circunstâncias político-revolucionárias o terem alcançado a lugares cimeiros. Correia Gago e Pereira Magro «vieram» do Governo Nôbre da Costa, no qual tiveram o condão de concitar a animosidade do PSD e do CDS, o primeiro alvo de acusações dos centristas, ao que parece precipitadas, de parentesco com o PCP, que nada provou. Quanto a Sá Borges, que o representante da ASDI considerou próximo ao grupo parla-

mentar recentemente nascido da cisão dos sociais-democratas, é figura do MSD, um dissidente, portanto, do PSD, vindo do Congresso de Aveiro, mais próximo estando, na realidade, da Esquerda socialista.

«Governo colegial»

Para o seu Governo de 100 dias («governo colegial», fez questão de acentuar) Maria de Lurdes Pintasilgo disse ter escolhido precisamente por convergência de opiniões. Porque — sublinhou na conferência de Imprensa que se ressentiu da falta de curiosidade dos seus participantes, quase se diria que acomodaticios ao que constituiu, afinal, uma sessão de propaganda dos intentos da primeiro-Ministro — não pode situar o seu Governo em características da Direita ou da Esquerda, até por haver «outras formas de participação na vida pública». Todavia, o leque apresentado pelo novo Governo não confirma absolutamente tal opinião. Não terão os seus ministros peculiaridades partidárias, em termos de extremismo político, mas nenhum — excepto os «inevitáveis», como Loureiro dos Santos e Freitas Cruz — escapa à inserção num contexto ideológico que se distancia, e muito, do Centro e por conseguinte muito mais da Direita, mesmo a não-extremista. E, conforme M.L. Pintasilgo já teve ocasião de dizer, «não basta ser é preciso parecer»...

Omissões...

Ainda em relação à conferência de Imprensa, há que reconhecer que a primeiro-Ministro se houve bem, com habilidade e tática política. As perguntas «impertinentes», que poucas foram,

escapou-se com facilidade. Reforma Agrária? O Programa do Governo se pronunciará sobre a questão. Comunicação Social (outro dos «pontos quentes» do condicionalismo que se avizinha)? Ignora a fundo a problemática e não gostaria — aqui um «recado» para jornais e jornalistas que não têm dito «amém» à sua nomeação — de seguir o exemplo de alguns, «felizmente poucos», profissionais da Comunicação Social que se pronunciam com descurtamento de causa sobre os assuntos de que tratam.

«Concertação» com PR

Dissertando longamente acerca de outros pontos — a conferência de Imprensa durou uma hora e trinta minutos — a primeiro-Ministro foi parca em afirmações quando os temas sobre que lhe pediram esclarecimento não lhe agradavam. O caso, por exemplo, das relações com as ex-colónias, problema para o que reconheceu o papel preponderante do Presidente da República («deve haver concertação», porque «a política externa é também da responsabilidade do Governo») e que lhe forneceu pretexto para um panegírico da razão que assiste aos países do Sul, embora tenha ao mesmo tempo reconhecido que o nosso País se insere primeiro na Europa. Outro ponto: governar sem Assembleia da República. A primeiro-Ministro aproveitou a oportunidade para tecer rasgados elogios ao regime parlamentarista, minimizando a sua aparente falência no caso português, e adiantou, surpreendentemente, que apesar de governar sem Parlamento será fiel ao seu pensamento. Teremos, assim, pelo que disse, uma Assembleia viva depois de «morta», por dissolvida. E, aliás, acrescentou, terá a preocupação de manter «alguma troca de impressões» com os Partidos presentes na AR, embora não saiba as intenções — e lamentou a falta do «benefício de dúvida»... — do PSD e do CDS.

Optimismo, mas...

Falando fluentemente, em boa demonstração da prática adquirida nos aerópagos internacionais, Maria de Lurdes Pintasilgo foi vencedora da «batalha» que não o era, o confronto com os representantes dos órgãos de Comunicação Social. Mostrou-se optimista ou, segundo interpretações que também podem ser correctas,

auto-convencida. Concedendo a si própria, porém, o «benefício da dúvida»: «sei que tenho diante de mim — disse — um período extremamente difícil». É um facto: dificuldades que mal começam e de cuja superação, que ninguém de boa fé deixará de desejar, depende em parte o futuro imediato deste País de sucessivos Governos que parecem ter, todos, o cariz da provisoriedade...